

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL****Secretaria Executiva de Projetos e Ações Estratégicas****ATA**

Às quatorze horas e trinta minutos, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte dois, nesta cidade de Brasília, no Palácio do Buriti, sala P-39, nos termos da Portaria nº 118, de 28 de maio de 2019, sob a Presidência do Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, Jaime Santana de Sousa, tendo como Secretária a Sra. Rositânia Maria Lins Prado, lotada na Secretaria Executiva de Projetos e Ações Estratégicas – SEPROJ, presentes os Srs. Alberto da Cruz Martins Lessa, Subsecretário de Políticas para Idoso – SUBIDOSO; Alinne Carvalho Porto, Subsecretária de Administração Geral – SUAG; Alisson Melo Rios, Controlador Setorial de Justiça; Demontiê Alves Batista Filho, Subsecretário do Sistema Socioeducativo – SUBSIS; Deuselita Pereira Martins, Diretora-Executiva do Fundo de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP; Diego Moreno de Assis e Santos, Subsecretário de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial – SUBDHIR; Fernanda Sayuri Makino, Chefe da Assessoria de Comunicação – ASCOM; Gilce Sant’anna Teles, Subsecretária de Enfrentamento às Drogas – SUBED; Janandrea de Medeiros Dantas, Subsecretária de Apoio a Vítimas de Violência – SUBAV; José Carlos Medeiros de Brito, Subsecretário de Assuntos Funerários – SUAF; Raimundo João Carvalho Marinho, Coordenador de Gestão Operacional e Bianca Scardua, Diretora de Desenvolvimento e Implementação, representantes da Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora, e Rodrigo Barbosa da Silva, Subsecretário de Políticas para Crianças e Adolescentes – SUBPCA, realizou-se Reunião Ordinária do Comitê Interno de Governança com o intento precípuo de acompanhar os projetos definidos como estratégicos e prioritários de acordo com as ações do Plano Plurianual 2020-2023. O expediente foi iniciado tendo a palavra a representante da FUNAP, que apresentou os dados sobre as ações desenvolvidas pelo referido fundo, citou a grandeza de mil e noventa e sete (1097) novos contratados, mais de trezentos (300) cursos ofertados e cooperações técnicas implementadas com pleno desenvolvimento; Citou ainda atividades desenvolvidas para além do PPA, acrescentando que aguarda conclusão de emenda a respeito de Curso de Capacitação, que contará com curso de marcenaria, pedreiro, cozinheiro, entre outros; e ainda parceria com IFB para curso de costura industrial. Solicitou licença e precisou deixar a reunião. Veio à palavra o Senhor José Carlos, em nome da SUAF. Afirmou que a meta do PPA desta pasta remonta a 2002, em virtude da implementação do crematório, tendo em vista que este está em fase de conclusão no momento. Afirmou que, após a conclusão da citada implementação, será necessária uma reunião com o dirigente da concessionária e afirmou também que se espera que, em cinco (5) anos, em torno de 30 a 40% dos atendimentos funerários se dê em cremação para as classes “A” e “B” e um quantitativo menor para as classes “C” e “D”, devido a questões religiosas desses grupos. Fez previsão da conclusão do crematório para a segunda quinzena de maio. Citou que a licitação de outorgas para empresas funerárias está suspensa e aguarda retorno do Tribunal de Justiça. Abordou a Fiscalização de Planos Assistenciais e apresentou problemática ligada aos cemitérios, funerárias e planos funerários. Ratificou que os relatórios mensais de 2021 são efetivos. Colocou a dificuldade quanto a falta de veículos para uso em serviço e concluiu pedindo ajuda às demais subsecretarias presentes para as atividades da pasta, que sinalizaram ajuda mútua. Tendo a palavra Raimundo João, da SubNaHora, desculpou-se por não apresentar relatório aprofundado devido a estar na função há apenas 10 dias e prosseguiu afirmando que houve a conclusão do NaHora Samambaia, apesar de esse não constar do PPA. Afirmou que estão desenvolvendo ajustes para a Carreta do NaHora e ainda que, até o final do presente ano, será entregue unidade do NaHora Cidades em Samambaia, até o próximo dia dois (2) de maio e ainda no Riacho Fundo, que já está em mudança provisória para a administração da RA, no Gama e em Taguatinga até o final do ano vigente. Prosseguiu lembrando da comemoração dos vinte (20) anos de funcionamento do NaHora; quando o Sr. Jaime complementou afirmando da instrução do processo de viabilidade jurídica. O Sr. Raimundo prosseguiu afirmando a intenção do feitiço de uma sala de descompressão para os servidores, em princípio nas maiores instalações, buscando melhor qualidade de vida no trabalho para esses colaboradores. Continuou informando que o site do NaHora ficará pronto em trinta (30) ou sessenta (60) dias e que também

contará com aplicativo para aparelho móvel, fruto de parceria com o Banco de Brasília – BRB. Apresentou o planejamento de realização de comemoração para os servidores, devido ao aniversário de vinte (20) anos e de homenageá-los com uma medalha. Neste instante, a Sra. Alinne sugeriu que seja feito um certificado ou uma nota de agradecimento, em virtude de medalha ser de complexo preparo, ou ainda uma anotação nos assentamentos funcionais. Questionou se seria possível estender o evento de aniversário para a população, dando como opção de local a plataforma superior da rodoviária. Então, o Sr. Jaime afirmou que o evento realizado com a carreta é, por si só, bastante significativo. A Sra. Alinne retornou a palavra citando meta específica sendo necessária a formulação de opções para posterior avaliação. Teve a palavra o Sr. Alisson, destacando que o termo “desconformidade” carrega significado equivocado ao que se deseja expressar, sendo adequada a sua substituição para maior clareza. Afirmou que o NaHora poderia ser um canal de entrada em ouvidoria, melhorando a dinâmica para o cidadão, já que a ouvidoria é um pilar de integridade. A Sra. Alinne solicitou a verificação dos dados de trabalho do NaHora. Com isso, o Sr. Alisson apontou na imagem apresentada a informação que, em 2021, o NaHora realizou 3.848 (três mil oitocentos e quarenta e oito) atendimentos e apontou também o número de desistências, afirmando ser necessário o ajuste dos indicadores para maior clareza. Passou-se a palavra para o Sr. Diego, da SUBDHIR, que iniciou afirmando que a ação junto aos Terreiros não foi implementada devido à falta de recursos financeiros. Descreveu, embora destacando não ser parte do PPA, a construção de ACP juntamente com o CIEE para atividade uma vez por semana no CEU das Artes. Passou para a descrição do tópico de oito (8) metas no âmbito do POP Social e LGBT. Afirmou necessidade de realização destacada do POP. A Sra. Alinne prosseguiu avaliando que a meta 437 que envolve profissionais de segurança pública ter complexidade elevada por apresentar dependência de área terceira, que o ideal seria excluir ou buscar parceria. Sugeriu, no que tange as oito (8) metas, que não seja retirada, que se pode realizar rodas de conversa. Afirmou que meta que envolve terceiros não avança devido à dependência de ação e retorno por parte desses. Sugeriu repensar a execução para evitar o seu travamento. Então, o Sr. Alisson sugeriu a abertura do leque para além da Polícia Civil, desassociar dessa e sensibilizar servidores em diversas áreas, como Corpo de Bombeiros, Detran, usar cartilhas e outros recursos. O Sr. Alisson apontou como equivocado o cálculo do índice do número de denúncias por cem mil habitantes relativo ao Disque100, já que a Sra. Alinne demonstrou que não há apontamento dessa amostra de habitantes nos dados. O Sr. Alisson prosseguiu afirmando que, para o Disque 100, pode-se tentar propor situação mais dinâmica nos dados buscando maior qualidade de resposta. O Sr. Diego então apontou o dado de 20% das denúncias e definiu como empecilho a SEJUS não ter expedientes orquestrados, que devem ser pontos focais o prazo e a qualidade de resposta. O Sr. Alisson relatou que o Disque 100 não apresenta dados evidentes sobre idosos, que, diante da falta de respostas, não se pode “lavar as mãos” e não acompanhar. O Sr. Alberto relatou um caso de denúncia de maus tratos a idoso onde a polícia devolve o caso porque o idoso desmente a denúncia na presença dos familiares. Então o Sr. Diego relatou um caso de Terreiro que foi invadido em Planaltina e no qual a autoridade policial afirmou que não daria em nada logo de início devido ao citado tipo de dificuldade. Em seguida abordou o Plano de Capacitação em Direitos Humanos e confirmou estar em andamento. A Sra. Alinne, sobre o Plano de Capacitação, é importante fazer a logística e apontar quais matérias serão abordadas. O Sr. Diego falou a respeito da Escola Sejus e afirmou ser possível lançar mão de materiais já estabelecidos de aulas gravadas e atualizadas. Relatou a problemática dos indígenas localizados no Noroeste, que é preciso um estudo mais abrangente sobre diversos pontos. O Sr. Alisson reafirmou a necessidade de mensurar a qualidade dos indicadores. Passou-se a palavra para a Sra. Janandrea, SUBAV, que abordou o PPA e afirmou que houve execução de 80% do previsto; que concluíram quatro (4) núcleos com sucesso e têm interesse em inaugurar os do Recanto das Emas e do Itapuã com a presença tanto do Sr. Secretário Jaime, quanto com a da Sra. Passamani, já que o projeto se desenvolveu ao longo de seu trabalho. Destacou a importância das equipes de monitoramento do Pró-Vítia, afirmando que o programa já é uma referência na região do Recanto das Emas. Prosseguiu relatando a implementação de quatro (4) novos projetos: Programa Renova, da SEJUS com a Secretaria de Segurança Pública. Seis (6) cursos, de doze (12) módulos cada, com realização uma vez por semana e sem nenhuma desistência. Citou também o Apoiar, sobre implementação de Gerenciamento de Dados. Descreveu que vai do acolhimento à alta da vítima e passa para a segunda atualização. O Sr. Alisson afirmou que há carência em sistemas, que o Programa de Dados Abertos ajudará na Construção de Políticas Públicas. Lembrou que o Na Hora já oferta dados, mas é necessário agregar mais informações. A Sra. Janandrea afirmou que o sistema está robusto. Prosseguiu citando quatro seminários, que um deles será on-line e que essa meta será ultrapassada. A respeito do

tráfico de pessoas, afirmou que foram provocados por uma ONG Internacional, que, por meio de cooperação técnica com a SEJUS, promove cursos de capacitação no combate ao tráfico de pessoas. Acrescentou que a mesma ONG busca atuar com outros órgãos, como Secretaria de Turismo, de Educação, com as Polícias Militar e Civil; já atua na América Latina, em outros 11 países. Em relação aos projetos no ano anterior, afirma que prosseguem com o Renova, Mentas em Movimento e Encontro de Redes. Busca realizar nas RA's onde há Núcleo Pró-Vítima, implementar o Mentas em Movimento a cada 3 meses para fortalecimento da Rede de Apoio ao Programa Pró-Vítima. Já o Acordo de Cooperação para Refugiados aguarda retorno do Gabinete. Aguarda publicação do grupo de trabalho, que já tem formação. Pretende implementar oito ludotecas para atender crianças e adolescentes e, para isso, pretende verificar a possibilidade de usar o Fundo da Criança e do Adolescente. Afirmou que a SUBPCA seria bem-vinda ao 18 de maio, agradecendo. Acrescentou que há dificuldade profissional por falta de capacitação. Descreveu o projeto "Cuidando de quem cuida", como para ser realizado uma vez ao mês até o mês de dezembro com o objetivo de fortalecer a qualidade de vida no trabalho, a autoestima. Adicionou que pode ser realizado no Parque da Cidade, com café-da-manhã, dança-terapia, musicoterapia. O Sr. Alisson acrescentou que, para as ludotecas, é necessário um Plano e que este poderia ser enviado juntamente com a SUBPCA, que já conta com pleito antigo dos Conselhos Tutelares para instalação de brinquedotecas. A Sra. Janandrea afirmou que decreto prevê ludotecas. Quanto as Ações não Orçamentárias, a Sra. Janandrea descreveu realização de parceria e execução de ações de apoio a migrantes e refugiados. A Sra. Alinne complementou afirmando ser necessário revisitar a meta. Que é importante consolidar o trabalho com efetividade. Prosseguiu comentando a respeito dos dados, que vede constar a quantidade de pessoas atendidas e a quantidade de atendimentos, visto que uma só pessoa acessa vários atendimentos. O Sr. Alisson afirmou a importância de melhorar os indicadores. A palavra foi passada ao Sr. Alberto, da SUBIDOSO, que de início de desculpou-se pela brevidade de informações por estar no cargo há apenas dez (10) dias. Informou que está buscando se inteirar dos assuntos e apresentou dois pontos. O primeiro, sobre a meta orçamentária de construção de unidade de atendimento, há possibilidade de parceria com a Universidade Católica, mas que necessitava de agenda com o Sr. Secretário Jaime para ser possível o prosseguimento. Afirmou que já contam com terreno doado e o projeto a ser realizado pela Universidade. Afirmou que há recurso para a implementação de Centro Dia do Idoso e há disponibilidade de terreno na Cidade Estrutural. Prosseguiu enfatizando que essa é uma demanda que aguarda parecer positivo do Ministério Público. A Sra. Alinne ressaltou que, apesar do citado, a implementação cabe a SEDES, que a SEJUS não pode construir um Centro Dia. O Sr. Alberto relatou um episódio onde a Deputada Arlete Sampaio provocou o MP de maneira equivocada e afirmou que os parlamentares muitas vezes erram por assinarem o que seus assessores lhes apresentam. Afirmou ainda que ajudaria muito contar com um servidor técnico em finanças no CDI. Então a Sra. Aline respondeu que é muito difícil capacitar e oneroso. O Sr. Alberto questiona se mantem a meta de reunião com a universidade, a Sra. Alinne respondeu que sim, mas que não é meta a construção. Em segundo ponto, sobre ação não orçamentária, o Sr. Alberto também apresentou a implementação do Projeto Capoterapia, que afirmou contar com parceria da Faculdade Cerrado e que poderia ser estendida a outras subsecretarias. Com isso, o Sr. Alisson apontou a meta não orçamentária dos comitês e afirmou que precisa ser verificada. Então o Sr. Alberto afirmou que é passível de execução fazer os comitês nas RA's, haja vista praticamente todas as famílias terem idosos em casa. Ressaltou que durante a pandemia do Covid-19 faltou apoio onde o idoso fosse escutado e que esse Comitê traz esse espaço e já se conta com servidores para tal. E quanto a meta que envolve academias, afirmou ser interessante para tais comércios montar projeto, porque eles recebem selos e incentivos, sendo possível avançar. A pauta passou ao Sr. Rodrigo, da SUBPCA, que iniciou avaliando o quesito estratégico. Após delineou a execução do projeto Dignidade Feminina com o Prevenção da Gravidez na Adolescência. Destacou a meta de adequação dos Conselhos Tutelares e que foi iniciada a construção de três Conselhos Tutelares. Retomou a campanha Dignidade Feminina e afirmou já haver programação até o meio do ano atual. Afirmou ser necessário fazer levantamento semestral. Citou o Projeto Identidade Cidadã. E ainda que aguarda, quanto ao Observatório da Criança e do Adolescente, manifestação da AJL. A Sra. Alinne fez um apontamento quando a infraestrutura, questionando como se encontra. O Sr. Alisson afirmou que o DFLegal apontou a acessibilidade. A Sra. Alinne complementou afirmando que os imóveis não têm acessibilidade e que esse ponto interfere no cumprimento da meta e sugeriu a reformulação da meta para "incrementar" ao invés de "padronizar" para que seja possível mensurar, já que os imóveis são diversos e também porque se tem feito além do que está descrito. O Sr. Rodrigo retomou a partir da meta "Capacitar duzentos conselheiros

tutelares". A Sra. Alinne retificou afirmando que o número passou a duzentos e vinte devido aos novos postos que surgiram. O Sr. Rodrigo descreveu que a elaboração do Código de Ética para os Conselheiros Tutelares da ação AN179 gera problema pela resistência dos conselheiros que afirmam já existir uma lei que os rege. A Sra. Alinne buscou esclarecer que o Código de Ética é complementar à lei, como há um código para os servidores, além da 840. O Sr. Alisson lembrou a todos que a eleição para conselheiro tutelar será no próximo ano e que já se conta com mapa da gestão de riscos. A palavra foi passada à Gilce, da SUBED. Porém a Sra. Alinne indagou sobre discrepância nos dados e falta de clareza no recorte. Após apontou que uma das metas é a padronização de doze planos de trabalho. A Sra. Gilce respondeu que recebeu a informação que tais planos já estão padronizados. Sra. Alinne apontou que o termo mais adequado seria "acompanhar" e não "padronizar". A Sra. Gilce questionou se determinada ação seria de conselho e o Sr. Alisson respondeu que não, que é a secretaria que estipula as políticas para parceria. Então a Sra. Gilce questionou se a fiscalização é da SUBED e o Sr. Alisson respondeu que os gestores dos contratos são servidores. A Sra. Alinne responde que compreende que seja apertado e que a meta parece equivocada. O Sr. Alisson afirma que ainda não se fechou total entendimento. Que no plano de trabalho cabe de tudo. A Sra. Aline concorda afirmando que cabe de tudo um pouco. O Sr. Alisson afirma que é preciso orientar os gestores para que as parcerias não se voltem contra eles. Afirmou que se está mapeando os processos e que se institucional por meio de portaria, então o trabalho é conjunto. E afirmou ainda que é necessário instruir melhor os processos para que se tenha clareza e objetividade. Questionou-se se o ACT do Renova foi para frente, foi respondido que sim, porém com poucas vagas contempladas. A Sra. Gilce afirma que o Acolhe conta com sistema e que na SEEC há desenvolvimento de sistemas. O Sr. Alisson afirma que há fundo de capacitação de servidor que não foi executado. A Sra. Alinne afirma que há capacitação nas comunidades terapêuticas. A palavra foi passada para o Sr. Demontiê, da SUBSIS, que afirmou ser uma pasta bastante extensa que conta com muitas ações orçamentárias e não orçamentárias. Afirmou que em relação a adequação da estrutura física, acreditou que não seria alcançável. Relatou que desde 2020 a pasta tem conseguido reduzir o quantitativo de entrada, que no momento a meta foi atingida. Complementou que todas as unidades estão com ocupação correta. Que em 2020 o número foi baixíssimo, por causa da Pandemia da Covid-19, quando as atividades precisaram ser suspensas. Afirmou que a expectativa no momento era de 49%, porém estão com 30,54%. Enfatizou que chegará em 60% até o final do ano. Quanto à ação de modernizar três unidades socioeducativas, apontou a instalação de circuitos de câmeras e afirmou que está em desenvolvimento, aliado com a SEPROJ. Que o objetivo é estar até o final do ano com os circuitos funcionando nas três unidades. A Sra. Alinne lembrou a todos que, sobre esse tópico, há uma ação civil pública. Prosseguiu o Sr. Demontiê afirmando que a meta de ofertar oitenta (80) cursos é a mais ambiciosa, tendo em vista a recente criação da Escola Distrital até ano passado. Porém, afirmou ele, essa é uma meta que precisa ser revista. Afirmou que, no socioeducativo, os cursos precisam ser presenciais, assim, afirmou que oitenta talvez seja inatingível. Sr. Demontiê se referiu à meta de construção de unidades do sistema socioeducativo e enfatizou que essa meta será alcançada. Considerou que o número de adolescente é menor, porém já havia sido ajustado com o MP e outros órgãos, então será concluída. Demonstrou que se esperava uma taxa média de ocupação menor a 90% (noventa), porém está em 60% (sessenta). Afirmou que o gargalo que a pasta apresenta está sendo sanado no desenvolvimento de um sistema em parceria com a SEPROJ e a CODEPLAN. E acrescentou que esse está pronto para ser implementado em caráter experimental. Adicionou que um ponto difícil é a busca por servidores capacitados para trabalhar no sistema. Relatou que diversos atores privados oferecem trocas de recursos técnicos por dados do sistema, porém a legislação veda a disponibilização de dados de adolescentes. Contudo, ressaltou que o que está sendo feito está excelente, que foram três anos de trabalho e que o Secretário poderá, da sua sala, acessar o sistema e verificar a quantidade de atendidos, por exemplo. Então a Sra. Alinne sugeriu que se adequa a descrição. A seguir, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Rositânia Prado, como secretária, no teor do §2º do art. 1º da Portaria nº 118, de 28 de maio de 2019, redigi a presente ata de reunião, a qual segue firmada pelos presentes.

Assinaturas:



Documento assinado eletronicamente por **JANANDREIA DE MEDEIROS DANTAS RAFAEL - Matr.0245852-7, Subsecretário(a) de Apoio às Vítimas de Violência**, em 19/04/2022, às 08:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JAIME SANTANA DE SOUSA - Matr.0242648-X, Secretário(a) de Estado de Justiça e Cidadania**, em 19/04/2022, às 10:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINNE CARVALHO PORTO - Matr.0217942-3, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 19/04/2022, às 11:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEUSELITA PEREIRA MARTINS - Matr.0274259-4, Diretor(a) Executivo(a)**, em 19/04/2022, às 15:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MORENO DE ASSIS E SANTOS - Matr.0242478-9, Subsecretário(a) de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial**, em 20/04/2022, às 10:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEMONTIE ALVES BATISTA FILHO - Matr.0173040-1, Subsecretário(a) do Sistema Socioeducativo**, em 20/04/2022, às 11:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALISSON MELO RIOS - Matr.0242735-4, Controlador(a) Setorial da Justiça**, em 20/04/2022, às 11:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BARBOSA DA SILVA - Matr.0242481-9, Subsecretário(a) de Políticas para Crianças e Adolescentes**, em 25/04/2022, às 15:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=84554630)  
verificador= 84554630 código CRC= 395B9A16.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF